

# INCLUSÃO ESCOLAR E SÍNDROME DE DOWN

Everaldo Gomes de Sousa<sup>1,2</sup>

Raquel Barbosa de Souza<sup>1,2</sup>

Fabio de Moura Favaris<sup>1,2</sup>

Thiago Guimarães<sup>1</sup>

Julio Cesar de Faria Pastore<sup>1,2</sup>

Fabíola Claudia Henrique da Costa<sup>3</sup>

Carlos Alberto Azevedo Ferreira<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estácio de Sá - Curso de Educação Física - Ilha do Governador

<sup>2</sup>Laboratório de Fisiologia do Exercício e Medidas e Avaliação (LAFIEX) - Ilha do Governador

<sup>3</sup>HEMORIO - Instituto Estadual de Hematologia "Arthur de Siqueira Cavalcanti"

## RESUMO

Observando a importância de se entender como ocorre o processo inclusivo de alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino particular, este estudo comparativo buscou identificar quais recursos físicos, materiais e de pessoal são utilizados para atender esse público e facilitar sua inclusão. Participaram deste estudo uma professora da Escola Especial da rede municipal e professores ou coordenadores de dez escolas da rede particular de ensino regular, todas localizadas na Ilha do Governador. Após visita à escola especial, que serviu como parâmetro para esta pesquisa, foi elaborado um questionário, o qual foi respondido pelos voluntários das escolas particulares, bem como uma entrevista, que ocorreu em ambiente de trabalho. Os dados insinuam que a maioria das escolas pesquisadas não possui alunos com Síndrome de Down, não está preparada para atender esse público, não possui profissionais qualificados ou a preocupação com tal realidade.

**Palavras-chave:** Inclusão. Síndrome de Down. Escola regular.

## INCLUSION SCHOOL AND DOWN SYNDROME

### ABSTRACT

Noting the importance of understanding how occurs the inclusive process of students with Down syndrome in regular network of private education, this comparative study sought to identify which physical resources, materials and personnel are used to meet this audience and facilitate their inclusion. The study included a teacher of the Special School and municipal teachers or coordinators from ten schools from private regular schools, all located on Ilha do Governador. After visiting the special school, which served as a parameter for this study was prepared questionnaire and answered by volunteers from private schools, as well as interview that occurred in the workplace. The data imply that most schools surveyed do not have students with Down syndrome, is not prepared to meet this public, has not qualified or concern with this reality.

**Keywords:** Inclusion. Down syndrome. Regular school.

## INTRODUÇÃO

Em estudo de caso, Kibrit (2013) relata sua experiência em trabalhar diretamente na escola regular dando suporte a uma aluna com Síndrome de Down (SD). Explica que o início do trabalho foi relativamente difícil, pois os pais da jovem estudante acreditavam que para sua independência nas tarefas cotidianas ela devia estar sem contato com ninguém, inclusive em sua casa esquentava sua comida e jantava sozinha no quarto, enquanto seus pais e irmã jantavam juntos na sala.

Ainda segundo a mesma autora a menina não estava acostumada a conversar e dividir suas experiências com outras pessoas. A pesquisadora percebendo a dificuldade de aproximação resolveu utilizar cartas para se comunicar com a aluna e utilizar este método também para ajudar nas tarefas escolares, já que a estudante gostava de escrever. Após várias cartas, em que algumas vezes, a pesquisadora deixou em segundo plano o conteúdo curricular e preferiu escrever sobre experiências vividas pela aluna, os professores perceberam a mudança no comportamento da menina, que se tornou mais afetuosa, participativa, passou a se aproximar e conversar com os colegas de classe.

Para Saraiva *et al.* (2009) apud Kibrit (2013), “o sistema em que vivemos é excludente em sua raiz. Dessa forma, falar de inclusão é perceber as práticas exclusivas constitutivas de nossa sociedade, uma sociedade de desiguais”.

Kibrit (2013) observou que a inclusão escolar traz com ela a inclusão social, que o afeto é parte integrante da educação e que a relação professor-aluno, pode separar o aluno do conhecimento, quando apresentada de forma antidemocrática.

Silva e Dessen (2006) realizaram pesquisa sobre o “funcionamento de famílias com filhos portadores da síndrome de Down: modo de vida estresse parental”. Participaram do estudo 10 famílias formadas por pai, mãe e criança alvo na metade dessas famílias a criança alvo possui SD. No momento da coleta de dados as crianças tinham idades entre 2 e 4 anos, sendo 4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. A idade média das mães das crianças com SD era de 37 anos e a dos pais 33 anos; já a idade média das mães das crianças sem a síndrome era de 33 anos e a dos pais 35 anos. Todos residiam em cidades satélites de Brasília ou no Plano Piloto.

Segundo as autoras, as famílias (principalmente as mães) que têm os filhos com síndrome de Down, sofrem mais com estresse, depressão e sentimentos de angústia do que as famílias em que os filhos são considerados normais. De acordo com os depoimentos dos pais, o diagnóstico é considerado o momento mais difícil. É nesse momento que o profissional de saúde deve intervir com muita cautela, apoiando e orientando os pais para que estes entendam as reais dificuldades da criança, além de desfazer “mitos” que possam atrapalhar a aceitação daquele indivíduo dentro do seio da família.

Ressaltam também que nessas famílias ocorre uma ansiedade pela vida que essas crianças terão futuramente, relativamente a sua independência. A dinâmica familiar é outro ponto que preocupa, pois sofre mudanças após o diagnóstico da referida síndrome e isso está atrelado ao desenvolvimento da criança. Em contrapartida, os pais das crianças com desenvolvimento normal, aparentemente apresentaram mais dificuldades de relacionamento com seus filhos.

Encerrando a pesquisa, Silva e Dessen (2006) afirmaram que embora as crianças com SD demorassem mais tempo para aquisição das habilidades que promovam sua independência, há pequena diferença no funcionamento das famílias de crianças com ou sem síndrome de Down, em relação ao estresse parental e aos modos de vida familiar. Provavelmente, essa diferença pode ter ocorrido sob a influência da cultura, educação, criação, etc., que varia em cada família.

Moreira, El-Hani e Gusmão (2000), em seus estudos sobre a Síndrome de Down e sua patogênese, vêm confirmar que a estimulação precoce é um fator muito relevante para a inclusão dos portadores da SD, pois através dessa estimulação, o desenvolvimento de várias ordens, como o cognitivo, além da socialização é facilitado. Importante lembrar que um indivíduo não é igual a outro, mesmo aqueles que são portadores de uma mesma síndrome. A individualidade biológica, o meio em que vivem, a estimulação que cada ser recebe e a forma como ele vai enfrentar as adversidades, são fatores que diferem cada um, assim, não se deve subestimar a capacidade do portador de SD, esperando que seu desenvolvimento sempre tenha atraso maior do que sua possibilidade de superação. Até porque é sabido que o ser humano é dotado de plasticidade neural e apesar da citada síndrome, o estímulo sempre gera algum benefício. A inclusão da criança portadora da síndrome de Down na rede regular de ensino, ainda hoje, é um desafio, pois o fato da criança permanecer em um ambiente escolar, não faz com que a inclusão se concretize.

Luiz *et al.*, (2008) efetuaram a revisão bibliográfica de oito artigos, visando identificar os fatores facilitadores da inclusão de alunos com SD na rede regular de ensino, para assim ajudar os profissionais de educação. Dentre os artigos pesquisados o tipo mais frequente foi o relato de experiência.

Segundo as autoras, todos os envolvidos diretamente no processo inclusivo, dentro e fora da escola, devem ajudar. Citam ainda que os alunos que são inseridos em turma regular de ensino têm maior habilidade no trato social, se comparados aos que são de turma especial, assim como as crianças com maior comprometimento ocasionado pela síndrome também obtiveram melhoras quando inseridas no sistema regular de ensino.

Relatam também que a educação inclusiva é tratada na Constituição Federal de 1988 (art. 5º). Por meio do decreto legislativo 198 de 13 de junho de 2001, que o Congresso Nacional aprovou lei referente ao extermínio da discriminação contra a pessoa portadora de deficiência e determina o tratamento igualitário a essas pessoas. Ainda é garantido pela Constituição, o atendimento educacional especializado de acordo com a necessidade de cada indivíduo, porém, não trata da inclusão propriamente dita.

Elas ainda afirmam que em escolas onde a política inclusiva é utilizada, os alunos são preparados não só para o aprendizado da leitura e escrita, mas ocorre flexibilidade do currículo e a preparação para brincar, viver e também para a inserção no mercado de trabalho.

Explicam ainda que a capacitação dos profissionais é um fator importante quando se pensa em inclusão, pois a confiança do professor é maior quando ele é preparado especificamente para atuar com a criança deficiente. Assim como informações prévias sobre o aluno favorecem o trabalho do professor que tem a oportunidade de se preparar para receber essa criança e possibilita identificar quais ajustes se farão necessários para auxiliar a criança no ambiente escolar para que a inclusão ocorra de forma tranquila e individualizada.

As autoras garantem que outro fator necessário para o processo de inclusão dos alunos com SD na escola regular é o trabalho de uma gama de profissionais especializados em diferentes áreas, intervindo no processo de ensino-aprendizagem junto com o professor. Além disso, a participação da família é fundamental, pois é ela tem experiência e habilidade com a criança no dia a dia.

Castro e Pimentel (2009), em pesquisa bibliográfica realizada sobre o “Atendimento educacional específico, Síndrome de Down: desafios e perspectiva na inclusão escolar”, afirmam que a conscientização dos educadores é muito importante, pois através de ações metodológicas podem promover a criatividade e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida dos alunos com SD.

As mesmas autoras ressaltam que em se tratando de inclusão escolar com portadores de Síndrome de Down, a busca contínua por conhecimentos que possam diminuir a segregação desses indivíduos se torna imprescindível. Mesmo tendo seu desenvolvimento mais lento e a aquisição da linguagem ser dificultada, o professor deverá fazer a estimulação das capacidades desse sujeito. Apesar da hipotonia comum a esses indivíduos, alguns exercícios específicos para o amadurecimento do Sistema Nervoso Central (SNC) contribuem para o desenvolvimento de aprendizagens.

Segundo as autoras, a escola deverá promover atividades diárias incluídas no planejamento que contenham tarefas pautadas na cooperação, organização, atividade lúdica, movimentos e utilizar diferentes materiais que permitam ao aluno ter experiências motoras como: pular, correr, saltar, rolar. Essa variedade de estímulos fará com que a criança consiga aprender mais e melhor. Com variação de atividades, em espaços variados e tempo reduzido, o professor poderá manter a atenção da criança por mais tempo. Comenta Alves (2007, p.39) “cabe, portanto ao professor ser investigador, ou seja, aquele que ouve, vê e procura compreender o potencial de cada criança com quem trabalha”.

Destacam que a inclusão da criança com SD deve acontecer de forma que permita que essa criança consiga perceber o ambiente que vive de forma ampla, contribuindo para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Para o desenvolvimento da linguagem, importante incluir a criança em diversos contextos, onde ela poderá ter a experiência com várias pessoas. Quando ela aprende a falar está desenvolvendo também a formação da inteligência e como esse indivíduo já possui um atraso no processamento da linguagem os estímulos são essenciais.

Para elas um fator relevante na educação dos portadores de SD, é a formação continuada dos profissionais da escola de ensino regular para que o conhecimento adquirido seja aplicado na sala de aula.

Outro fator proposto por Castro e Pimentel (2009) é a adequação do currículo individualmente para as crianças com SD, pois cada pessoa tem seu tempo de aprendizagem. Milani (2005) afirma “quando se inicia a aprendizagem da leitura, escrita e cálculo, essas crianças precisam de um ensino mais individualizado e bem mais lento”. A proposta inclusiva na escola regular deve fazer com que o currículo não seja imutável e traz a necessidade de uma abrangência prevendo a integração de todos. O currículo é o dispositivo que a escola tem para promover a inserção do conhecimento, adaptando as conveniências desses alunos que adentram a instituição de ensino regular e ele necessita ser moldável e vinculado à educação inclusiva. Ainda segundo o autor, “as crianças com SD ficam fatigadas com muita rapidez, o que prejudica sua atenção em atividades muito longas”.

Ornelas e Souza (2001) em pesquisa realizada sobre a “Contribuição do Profissional de Educação Física na Estimulação Essencial em Crianças com Síndrome de Down” estudaram as fases de desenvolvimento infantil para verificar as possíveis dificuldades que as crianças com SD encontram. Como objeto de estudo, os pesquisadores utilizaram questionário respondido por seis professoras de Educação Física, atuantes em Maringá, com idade média de 29.2 anos, com a maioria delas (66,6%) tendo realizado curso de pós-graduação e 50% realizaram cursos específicos na área especial.

Os mesmos autores afirmam que as primeiras experiências vividas pelo indivíduo são fundamentais para sua vida posterior, influenciando diretamente na forma como ele irá se portar. Nesse sentido, deverá ocorrer estimulação o quanto antes e o professor de Educação Física não será o único profissional a atuar com os alunos com síndrome de Down. A estimulação essencial deverá ser trabalhada em conjunto com outros profissionais como: fisioterapeuta, pedagogo, fonoaudiólogo e psicólogo com intuito de identificar aspectos que serão tratados para o desenvolvimento pleno do educando em vários setores, sendo eles: cognitivo, motor e afetivo-social. Apesar do professor de Educação Física passar pouco tempo com esses alunos, o seu trabalho é de suma importância, pois permite o desenvolvimento global dessa população, através de um programa específico, ocorrem melhoras nas habilidades e superação gradativa do atraso no desenvolvimento decorrente da síndrome. Mas isso só se torna possível quando o professor possui responsabilidade para desenvolver um trabalho coerente e eficaz.

Os autores observaram que a especialização dos professores de Educação Física é fundamental para a atuação na estimulação essencial de crianças com SD. As participantes da pesquisa concordaram que a estimulação precoce traz benefícios, porém 50% delas acreditam que também traz malefícios quando trabalhada por pessoas não habilitadas.

Teixeira e Kubo (2008) em pesquisa realizada com 103 alunos, em uma cidade do sul do país, sobre as “características das interações entre alunos com SD e seus colegas de turma no sistema regular de ensino”, relatam que nas classes onde ocorre padrão de interação mais flexível, isto é, com comportamentos cooperativos, alunos com SD são mais aceitos por seus colegas. Explicam também que apesar de ter características físicas e comportamentais que identificam o portador da SD, eles não foram considerados os alunos mais estigmatizados, assim como afirmou Goffman (1963), que um estigma é mais que um atributo físico ou mental.

As mesmas autoras sinalizaram no estudo que o fato de um aluno com SD poder receber atenção exclusiva de uma orientadora de inclusão (ou cuidadora), além disso, a localização de sua carteira, na sala de aula, pode dificultar o processo de inclusão com os demais alunos, pois apesar de estar no mesmo ambiente ele pode ser isolado, em um ponto da sala de aula. Neste interim o professor e os demais alunos podem fazer outra coisa dificultando a interação entre os colegas. A idade diferenciada entre os alunos foi outro fator citado no estudo que pode interferir na inclusão de alunos com necessidades especiais, já que em cada fase as crianças têm interesses diversos.

As pesquisadoras citaram outro ponto para facilitar a inclusão, sendo importante que os assuntos estudados sejam semelhantes entre os estudantes, mesmo que o tempo para a aprendizagem dos alunos com SD seja menor, ressaltando que estes alunos quando participam de atividades juntamente com os colegas de turma têm mais chance de serem reconhecidos inclusive como amigos.

Teixeira e Kubo (2008) relataram que a supervalorização do desenvolvimento cognitivo, facilita a discriminação e exclusão de pessoas com SD, visto que é tido como bom aluno apenas aqueles que obtiveram notas altas, que servem para quantificar o aprendizado ao invés de qualificar.

Menegotto, Martini e Lipp (2010) em pesquisa realizada na cidade de Novo Hamburgo/RS, discutem os discursos de 19 professores de 12 escolas públicas e privadas, sobre a inclusão de alunos com síndrome de Down em escolas regulares. Através de entrevistas, pesquisaram a formação acadêmica dos professores; percepção do professor sobre seu trabalho de inclusão; percepção sobre a escola diante da inclusão; percepção sobre os pais dos alunos com Síndrome de Down; percepção dos pais dos demais alunos; percepção sobre os demais professores.

As pesquisadoras os professores relataram que o apoio da escola (recursos humanos, físicos, capacitação) é fundamental para o trabalho inclusivo com alunos com SD, ressaltando a importância da possibilidade de estabelecer oportunidade de trabalhar em conjunto com outros profissionais, integrando saúde e educação, de maneira que um conhecimento auxilie outro. Salientaram também, que o trabalho com inclusão exige o respeito às diversidades.

As autoras perceberam que há professores que entendem a inclusão como convívio social; outros compreendem como parte do processo ensino-aprendizagem, outros, porém, reclamam que não há recursos humanos preparados para lidar com a inclusão dos portadores de síndrome de Down na escola.

Elas citam que em relação ao apoio por parte da escola, as opiniões foram divergentes. Enquanto alguns professores mencionaram que houve apoio das escolas, outros afirmaram que há evolução quanto à inclusão, mas a escola pouco apoia os professores e não fornecem condições e recursos apropriados. Todos concordam, porém que o apoio da escola e a criação de espaços de suporte, recursos físicos e humanos é fundamental para o desenvolvimento do trabalho inclusivo com os alunos com síndrome de Down. Segundo Mantoan (2000) a educação inclusiva exige um redimensionamento da escola como um todo.

As pesquisadoras explicam que quanto à percepção sobre os demais professores da escola, os profissionais que atuam com alunos com SD, relataram que há posicionamentos diferentes de seus colegas. Alguns apoiam, contribuindo inclusive com sugestões, enquanto outros mostram receio, oposição e preconceito em relação ao educando com SD.

Menegotto, Martini e Lipp (2010) ainda destacam que a participação da família é fundamental e que alguns pais são participativos, no entanto não acreditam na capacidade do filho aprender nem em suas potencialidades. Os professores afirmaram que os pais sentem dificuldade de incitar a independência e autonomia dos filhos com SD. As autoras ainda citam que a percepção sobre os pais dos colegas dos alunos com SD, na visão dos professores entrevistados, se divide entre aqueles que são contra a inclusão e aqueles que aceitam e defendem.

As autoras observaram que a intenção de discussão com professores atuantes em escolas regulares de ensino, trabalhando com alunos com SD, sobre inclusão foi realizada. A pesquisa trouxe evidências de que a inclusão só pode ocorrer realmente com a participação de todos que permeiam o ambiente escolar em conjunto com outros profissionais, capazes de estimular a aprendizagem de diferentes maneiras e a família que deve acreditar na evolução das capacidades de seus filhos. O discurso dos professores foi com sentimento de abandono frente à inclusão.

Segundo as autoras Luiz *et al.*, (2012) apesar das várias desordens orgânicas que podem acometer os indivíduos portadores da síndrome de Down, decorrente da própria síndrome, a expectativa de vida dessas pessoas, têm aumentado, devido principalmente às novas práticas veiculadas a prevenção e diagnóstico precoce.

Ainda segundo as autoras a inclusão escolar deve estar diretamente ligada a Educação Especial, pois “são saberes que se completam”, permitindo a inserção dos alunos com SD no ensino regular, com apoio específico à sua condição. Pouco se sabe ainda sobre inclusão escolar no contexto nacional, mas é uma prática cada vez mais frequente em vários países, porém a maneira como acontece está em harmonia com a cultura e a política de cada lugar.

As pesquisadoras relataram que com base em observações sobre crianças portadoras do SD da APAE (Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais) de Ribeirão Preto, resolveram realizar o estudo, com objetivo de descobrir as experiências de famílias com filhos com SD, pois crianças que participavam de atividades no setor de estimulação precoce da instituição, posteriormente foram encaminhadas para a rede de ensino comum. Tendo como entrevistado o principal cuidador da criança, participaram da pesquisa 11 mães e 1 pai, sendo 12 participantes em 11 famílias.

Elas afirmaram que a APAE em parceria com a prefeitura daquele município, encaminhava crianças que frequentavam o setor de estimulação precoce para as escolas de educação infantil de ensino regular. Segundo os responsáveis, apesar do receio pela mudança, as crianças foram bem recebidas, bem como os pais, provavelmente porque os professores já tinham experiência com crianças deficientes, devido a parceria firmada entre as instituições. As crianças não encontraram dificuldade para adaptação. No início do ano letivo, porém a adaptação em uma nova turma, com uma nova professora, com novos colegas, causava preocupação nos pais. Apesar de serem bem recebidos, os responsáveis não acreditam que os professores estejam preparados para trabalhar com crianças com deficiência. Mesmo com essa opinião, os participantes relataram desenvolvimento na fala, coordenação motora, se tornaram mais independentes e centradas. Talvez pela diversidade de estímulos que os alunos receberam.

As mesmas autoras ressaltam, no entanto, que 3 alunos que foram transferidos para escolas de ensino fundamental, onde não havia convênio com a APAE, os pais perceberam dificuldade no acolhimento e no trabalho do professor, inclusive sendo orientados pelos diretores a matricular seus filhos em escola especial.

Para elas o professor deve procurar se motivar e aperfeiçoar seus conhecimentos para aprender a lidar cada vez melhor com seus alunos especiais. Afirmaram que a inclusão escolar traz benefícios tanto para as crianças com SD, desenvolvendo várias habilidades (como a linguagem), como para a criança com desenvolvimento normal. Explicaram que na educação infantil houve maior aceitação, provavelmente, porque nesta fase a prioridade é a socialização e não a competência acadêmica. Mas cabe aos professores, ao poder público e toda sociedade mobilizar todos os recursos necessários para o desenvolvimento pleno de todos os alunos, inclusive os alunos com Síndrome de Down.

Durante muito tempo os indivíduos com deficiência foram segregados da sociedade, com seus direitos tolhidos e impedidos de terem suas habilidades desenvolvidas livremente. Atualmente, a expansão do conceito de inclusão, principalmente no ambiente educacional, traz a vontade de querer apurar de que forma os alunos com Síndrome de Down estão inseridos na escola regular.

Ao pensar nos desafios da profissão percebe-se que há muito a se fazer e estudar, pois inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down é algo que vai além de estar no mesmo ambiente com outras crianças ou fazer as mesmas coisas. É o fato de o indivíduo, sentir intimamente, que pertence ao grupo e é respeitado por ele de forma autêntica, espontânea e natural. Mas, para que isso ocorra, todos envolvidos no processo inclusivo (colegas de classe, professores, coordenadores, pais, profissionais de saúde e comunidade) devem participar direta ou indiretamente, colaborando para o desenvolvimento global do aluno.

Desta forma, esse trabalho tem a intenção de verificar a quantidade, idade, sexo, o tempo que eles passam na escola, que tipos de atividades desenvolvem e se fazem Educação Física; identificar quanto tempo os professores atuam com esses alunos, qual sua especialização e os motivos que os levaram a trabalhar com Educação Especial; reconhecer de que maneira a avaliação é realizada; apontar os materiais que são usados para as aulas; apurar se há auxiliares durante as aulas; averiguar se existe flexibilização do currículo para os alunos com Síndrome de Down, e finalmente, saber como é o relacionamento desse aluno com os demais alunos. Baseado em todas essas informações, será possível reconhecer como a inclusão do aluno com Síndrome de Down ocorre na rede particular de ensino regular.

Assim, o estudo tem por objetivo analisar de que maneira ocorre o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down na rede regular particular de ensino fundamental.

## MATERIAL E MÉTODO

O presente estudo foi de cunho descritivo e comparativo tendo em vista que apresentou, o perfil de atendimento aos alunos portadores da Síndrome de Down (SD) em escola especial que foi comparado ao contexto da escola regular particular de ensino fundamental. Quanto ao seu procedimento caracteriza-se como levantamento de dados, comparativo, pois utilizou entrevista e questionário para mensurar o atendimento educacional específico, a contribuição dos profissionais, inclusive o de Educação Física, os desafios e possibilidades dos alunos com SD dentro do ambiente escolar.

Como variáveis independentes a pesquisa abordou: qualificação específica dos professores e seu tempo de atuação. Como variáveis dependentes: aprendizagem e o desenvolvimento motor dos alunos com SD.

Participaram da pesquisa 11 escolas localizadas na Ilha do Governador, sendo 10 escolas regulares particulares, com ou sem alunos portadores de Síndrome de Down e uma Escola Especial Municipal.

Para a coleta de dados, inicialmente foi realizada entrevista com a escola especial, conhecida na região como sendo modelo de atendimento, para crianças especiais. A entrevista permitiu estabelecer parâmetros de referência para os seguintes pontos: estrutura física da escola, critério para corpo docente, serviços agregados necessários para atender a este público especial.

Tendo como base estas repostas, foi elaborado questionário contendo 29 questões, que foi passado aos professores ou coordenadores de outras instituições de ensino.

O presente trabalho atende as Normas para Realização de Pesquisa em Seres Humanos, Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde de 10/10/1996.

Todos os participantes do estudo concordaram em assinar o termo de participação consentida (Contendo: objetivo do estudo, procedimentos de avaliação, possíveis consequências, caráter de voluntariedade da participação do sujeito e inserção de responsabilidade por parte do avaliador e da Estácio). Além disso, foi também elaborado um *Termo de Informação à Instituição* na qual se realizou a pesquisa, com os mesmos itens de participação consentida.

Os avaliados foram abordados para preenchimento do questionário antes de iniciarem a suas atividades, sendo preenchido na presença do avaliador para que este pudesse retirar qualquer dúvida que se fizesse presente para o correto entendimento do instrumento.

Os dados encontrados no estudo foram analisados por uma estatística descritiva apresentado sob gráficos de frequência absoluta e relativa.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A Escola Especial é a unidade de educação especializada em atender alunos especiais. É nela, onde muitas vezes ocorre o primeiro contato do educando deficiente com a escola. Deveria ser nela também o melhor ambiente para prepará-lo até o momento de ser incluído à escola regular.

A escola especial visitada nesta pesquisa, apesar de ter um corpo docente com muito interesse, disposição e preparo para melhorar a qualidade de vida dos alunos não tem um programa que facilite a transposição dos alunos deficientes da escola especial para a escola regular, pois esbarra na falta de material e descaso do poder público em relação a essa população, tendo dificuldade na realização desse tipo de trabalho.

Com cinco alunos portadores de Síndrome de Down, sendo duas meninas e três meninos com idades entre 8 e 16 anos, estudando alguns no período da manhã (08:00h às 11:00h) e outros no período da tarde (13:00 às 16:00), o tempo de permanência na referida instituição pode ser de até quinze anos.

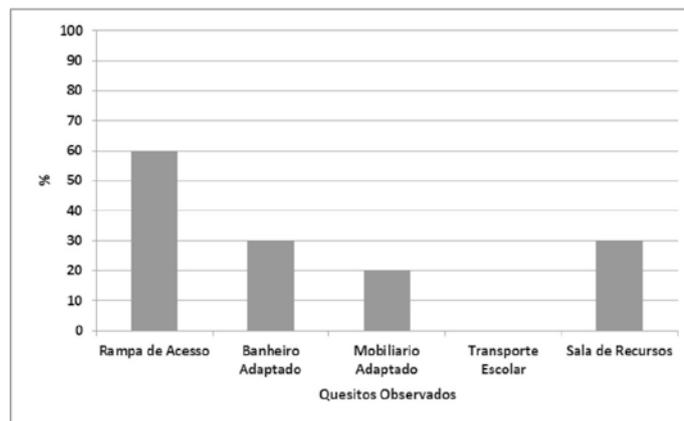
Durante o estudo foi possível verificar que, os pais dos alunos com deficiência, normalmente procuram a escola especial, pois nela não encontram resistência para realizar a matrícula e acreditam que lá seus filhos terão atendimento distinto e os profissionais são especializados.

Constatou-se também que existe profissional com experiência de quatorze anos em Educação Física, especializado em Educação Física Adaptada há doze anos, tendo escolhido esta modalidade por vocação e oportunidade na área, já que havia um déficit de profissionais. A escola possui ainda mais sete professores de Educação Física, mantendo aulas diárias e um programa específico para os alunos portadores de Síndrome de Down. Segundo relato, não há materiais suficientes para as aulas de Educação Física Adaptada, mas apenas alguns cones, bolas e colchonetes. Certamente seria importante que a escola fornecesse outros equipamentos, tais como: materiais específicos de psicomotricidade, cadeira de rodas especial entre outros.

Foi afirmado pelo voluntário que os conteúdos são escolhidos na época do planejamento; as aulas são ministradas sempre de forma fechada, sem tempo estipulado para a realização de cada atividade, apenas com a busca pela melhora da adaptação do aluno; a avaliação é feita apenas através de observação e não é realizada nenhuma comparação do nível de desenvolvimento do aluno com Síndrome de Down com aluno de desenvolvimento típico e que alguns educandos fazem acompanhamento fora da escola com fisioterapeutas e fonoaudiólogos.

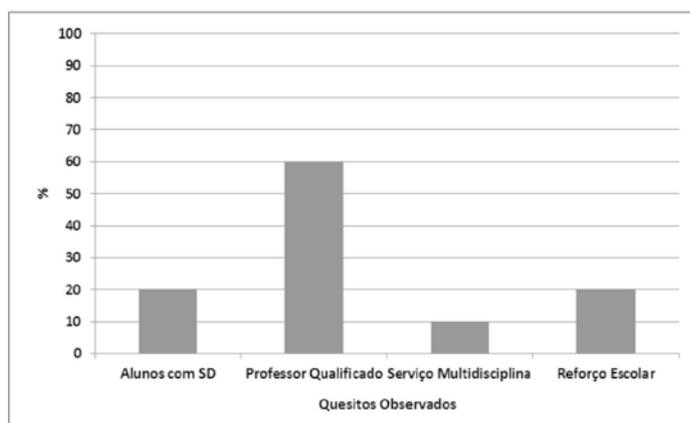
A escola oferece transporte escolar, possui ambiente de recreação, pátio amplo com mesas e cadeiras para alimentação, as salas de aula são pequenas, mas as turmas são compostas por número reduzido de alunos. Durante os períodos de aula algumas mães ficam na instituição para ajudar no trato com os alunos.

**Figura 01.** Estrutura Física.



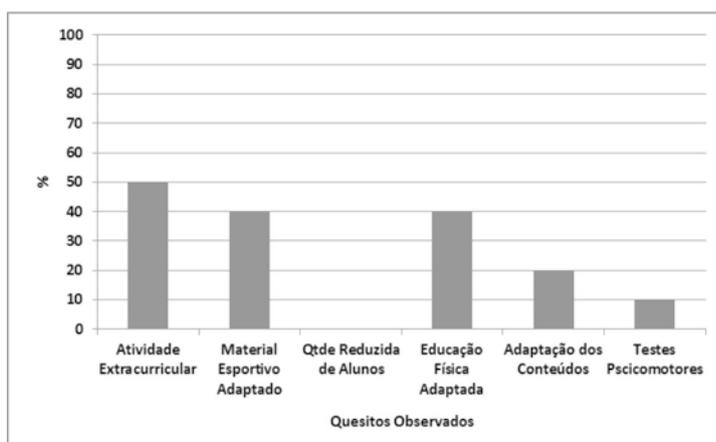
O gráfico da figura 01 nos mostra os resultados da pesquisa condizente a parte física da escola, em que a maioria possui rampa de acesso para o interior da escola, com limitações para adentrar às salas. Fica exposto diante dos resultados o baixo percentual no que se refere à parte mobiliária, banheiros adaptados, onde se mostrou em poucas escolas, e salas de recursos para os alunos, com apenas trinta por cento das escolas pesquisadas contendo tais recursos, e a parte mobiliária adaptada tem sido de baixa preocupação conforme nos mostra o resultado, em que apenas duas escolas cumpre o requisito citado.

**Figura 02.** Orientação Pedagógica.



O gráfico da figura 02 nos mostra os resultados referente ao aspecto de orientação pedagógica, em que levanta a situação da quantidade de alunos com Síndrome de Down, o total de professores qualificados, se tem serviço multidisciplinar, e se a escola possui reforço escolar. A pesquisa nos mostra que as escolas possuem sessenta por cento dos professores qualificados, com algum tipo de especialização, como pós-graduação ou cursos afins na área adaptada para o cuidado de alunos com algum tipo de deficiência. Dentre as escolas pesquisadas, apenas vinte por cento delas possui alunos com SD, e possui reforço escolar, tanto para esses alunos como para os outros alunos, em relação ao serviço multidisciplinar, foi encontrado em apenas uma escola com esse tipo de serviço, em que esta relatou o cuidado com os alunos, levando-os a terem algum tipo de capacitação e aprendizado, para o futuro dos alunos, em que há o acompanhamento psicológico e pedagógico dentro de um projeto voltado para o preparo para o avanço à sociedade pós ensino regular.

**Figura 03.** Atividades.



O gráfico da figura 03 nos mostra o resultado da quantidade de atividades extracurricular, material esportivo adaptado, quantidade de alunos, educação física adaptada, adaptações dos conteúdos e testes psicomotores. As escolas tiveram um resultado de cinquenta por cento no que se refere ao quesito de atividades extracurriculares, como competições escolares e recreação escolar fora da escola, em outras unidades, e até mesmo em clubes esportivos.

Das unidades visitadas, quarenta por cento possuem a educação física adaptada, com materiais esportivos adaptados para a prática das atividades. Muitas relataram que não possuem tais atividades por não terem alunos que necessitem das práticas de adaptação e outras por não terem professores qualificados

e alunos com necessidade das mesmas, e apenas vinte por cento destas possuem adaptações aos conteúdos oferecidos em sala, sendo que durante as avaliações apenas dez por cento realizavam testes psicomotor nos alunos.

## CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Os resultados obtidos nesta pesquisa sugerem que a maioria das escolas da rede regular de ensino particular não tem base para atender alunos com Síndrome de Down, pois faltam profissionais qualificados, estrutura física adequada, materiais de suporte e serviços agregados, mesmo assim algumas escolas atendem esse público.

Uma preocupação observada foi em relação ao acesso até o interior das escolas, porém não necessariamente até as salas de aula, já que em relação à estrutura física o mais recorrente encontrado foi a rampa na entrada de algumas unidades escolares. Parece que entrar na instituição é mais importante do que fazer com que os alunos permaneçam na sala de aula (ou quadra), com ensino de qualidade, desenvolvendo suas potencialidades. Os ambientes são excludentes por si só.

A Escola Especial que serviu de parâmetro para orientação deste estudo em relação às outras escolas, tem alguns mobiliários distintos, profissionais qualificados, turmas com poucos alunos, transporte escolar, entretanto, por displicência do poder público, ainda não absorve todas as necessidades dos indivíduos que estudam na instituição. Faltam recursos pedagógicos de diversas ordens e seus professores improvisam como podem.

Durante o estudo ficou claro que a escola particular que faz um trabalho voltado para a inclusão (escola D), apesar de não ter todos os requisitos necessários, é vista pelas outras escolas particulares, como sendo modelo de atendimento aos alunos especiais, pois alguns representantes de escolas participantes do estudo indicaram a citada escola para ser visitada. Mesmo reconhecendo um exemplo, grande parte não demonstra intenção de transformar a forma como trabalha e agregar qualidade nos serviços e atendimentos. A maneira como as pessoas percebem a educação inclusiva ainda é muito distante do desejado.

Neste estudo não foi mensurado a quantidade de crianças com Síndrome de Down que residem na Ilha do Governador e sua condição sócio econômica. Um estudo mais aprofundado neste sentido seria importante para a coleta de dados e verificar se há um público que não está sendo bem atendido nas escolas particulares por falta de empenho das mesmas; se esse público é pequeno na localidade a ponto de não haver interesse dos investidores em modificar a estrutura e, conseqüentemente o atendimento, ou ainda, se os responsáveis pelos alunos com SD não possuem recursos para matricular essas crianças em escolas particulares.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, F. **Para entender síndrome de down**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.
- CASTRO, A.S.A.; PIMENTEL, S.C. Atendimento educacional específico Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. In: DIAZ, F. *et al.* **Deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963.
- KIBRIT, B. Possibilidades e desafios na Inclusão Escolar. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 683-695, dez, 2013.
- LUIZ, F.M.R. *et al.* A Inclusão da Criança com Síndrome de Down na Rede Regular de Ensino: Desafios e Possibilidades. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 14, n. 3, p. 497-508, set-dez, 2008.
- LUIZ, F.M.R. *et al.* Inclusão de crianças com Síndrome de Down. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 17, n. 4, p. 649-658, dez, 2012.
- MANTOAN, M.T.E. **Ser ou estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 2000.
- MENEGOTTO, L.M.O.; MARTINI, F.O.; LIPP, L.K. Inclusão de Alunos com Síndrome de Down: Discurso dos Professores. **Fractal Rev. Psicol**, v. 22, n. 1, p. 155-168, jan-abr, 2010.
- MILANI, D. **Down, Síndrome de**: como – onde – quando – porque. São Paulo: Livro Pronto: 2005.

MOREIRA, L.M.; EL-HANI, C.N.; GUSMÃO, F.A. A Síndrome de down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético. **Rev. Bras Psiquiatr**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 96-99, jun, 2000.

ORNELAS, M.A.; SOUZA, C. A Contribuição do Profissional de educação física na estimulação essencial em crianças com síndrome de down. **Rev. Educ. Fís./UEM**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2001.

SILVA, N.L.P.; DESSEN, M.A. Famílias de crianças com síndrome de down: sentimentos, modo de vida e estresse parental. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 183-194, jul/dez, 2006.

TEIXEIRA, F.C.; KUBO, O.M. Características das interações entre alunos com síndrome de down e seus colegas de turma no sistema regular de ensino. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 14, n. 1, p. 75-92, jan-abr, 2008.

Universidade Estácio de Sá – LAFIEX, Laboratório de Fisiologia do Exercício e Medidas e Avaliação.  
Estrada do Galeão, 1900  
Jardim Carioca  
Rio de Janeiro/RJ  
21931-524